



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11904 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

### MUITAS PALAVRAS SOBRE JUVENTUDE: A REFORMA DO ENSINO MÉDIO EM MINAS GERAIS

Juliana Batista dos Reis - UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Isadora Cristina da Silva Felipe - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Luiza Moraes Berti de Andrade - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPEMIG

### **MUITAS PALAVRAS SOBRE JUVENTUDE: A REFORMA DO ENSINO MÉDIO EM MINAS GERAIS**

Este trabalho busca refletir as formulações da política de reforma para o Ensino Médio no estado de Minas Gerais, destinando olhares para as/os jovens alunas/os. As reflexões são produtos de pesquisa que tem por objetivo acompanhar a formulação e implantação da reforma do Ensino Médio, promulgada pela Lei 13.415 de 16/02/2017, sancionada pelo ex-presidente da república Michel Temer. Neste trabalho interessa-nos o estudo e análise da realidade juvenil e estudantil em Minas Gerais. Afinal, quem são as/os jovens afetadas/os pela proposta de reforma do Ensino Médio? Qual a realidade da oferta de Ensino Médio no estado de Minas Gerais? Quais as múltiplas condições sociais, econômicas, culturais, escolares e familiares vivenciadas pelas/os jovens mineiras/os? E, principalmente, quais concepções de “ser jovem” e “ser aluna/o” estão em disputa na reforma do Ensino Médio em nosso estado?

Nesse texto apontamos e refletimos sobre as concepções de juventude presentes, especialmente, no Currículo Referência de Minas Gerais (2021). O documento orienta a elaboração dos planos e ações educacionais para o Ensino Médio em Minas Gerais. Além dessa análise documental, apresentamos alguns dados do Censo Escolar da Educação Básica

de 2020 do estado de Minas Gerais (INEP, 2021). Refletir sobre as concepções de juventude no currículo mineiro e conjuntamente, analisar dados, estatísticas e indicadores sobre a realidade educacional de jovens é itinerário metodológico para compreensão das relações entre juventude e escola.

A terminologia contrarreforma demarca como as recentes alterações no Ensino Médio brasileiro regridem os direitos sociais da juventude brasileira (DUARTE, REIS, CORREA, SALES, 2020). As proposições da Medida Provisória (MP 746/16) já indicavam a segmentação do currículo da última etapa da educação básica em dois momentos, um destinado à formação comum e outro subdividido em cinco itinerários formativos, de falaciosa escolha estudantil. Foi também definida a ampliação da carga horária para 1.400 horas anuais, a incorporação dos currículos à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a possibilidade de realização de parcerias com o setor privado para o itinerário da formação técnica e profissional, a obrigatoriedade de três disciplinas (Língua Portuguesa, Matemática e Inglês).

Os sujeitos da escola - jovens, professoras/es, comunidade escolar -, movimentos sociais e entidades científicas foram ignorados nessa construção política que teve acelerada tramitação para ser convertida em lei. No final de 2016, diversas ocupações de escolas e universidades foram organizadas em todos os estados brasileiros como resposta à medida provisória de reforma do Ensino Médio e à emenda constitucional do teto de gastos públicos. Várias pesquisas indicam a ausência de reconhecimento e participação das/os jovens como sujeitos reflexivos e ativos nos processos de construção das políticas públicas (SPOSITO, 2007), e o chamado “Novo Ensino Médio” não viabilizou espaços efetivos de participação das/os jovens estudantes, professoras/es e comunidades.

Por outro lado, o Currículo Referência de Minas Gerais preconiza a centralidade do protagonismo juvenil nos processos escolares. O documento de 497 páginas usa os termos *juventude* ou *juventudes* por 125 vezes; já as palavras *jovem* ou *jovens* aparecem em 245 ocasiões. O documento destaca: “Pensando as diversas juventudes a serem atendidas e entendendo as culturas juvenis em sua singularidade, a escola precisa se organizar, avançando na compreensão desse manancial com sua diversidade e dinâmicas distintas, reconhecendo que esses jovens deverão ser protagonistas na construção de seu conhecimento.” (MINAS GERAIS, 2021, p. 13). Há ainda reflexões sobre a educação escolar indígena, quilombola, educação de jovens e adultos, educação no sistema socioeducativo e sistema prisional. O currículo referência para o Ensino Médio de Minas Gerais considera e examina as múltiplas condições juvenis em articulação com as desigualdades socioeconômicas, os territórios de moradia, as relações étnico-raciais e de gênero, sexualidade e culturas juvenis.

Todavia, a realidade do Ensino Médio no estado de Minas Gerais é profundamente desigual. O Censo Escolar aponta que em 2020, foram registradas 746.518 matrículas no Ensino Médio. Esse valor é 10,6% menor do que o número de matrículas registradas para o ano de 2016. (INEP, 2021). A etapa foi ofertada por um total de 3.201 escolas em 2020,

sendo 73,9% de escolas da rede estadual, seguidas pela rede privada, com 23,3% das escolas. Isso significa que, em 2020, 86,0% das matrículas foram da rede pública estadual e 9,9% da rede privada. O Censo Escolar também ressalta que as taxas de distorção no Ensino Médio são mais elevadas na rede pública do que na rede privada. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é composta predominantemente por jovens com idade entre 20 e 29 anos, representando 33,3% das matrículas. O número de matrículas da EJA também apresentou uma queda de 33,2% de 2016 a 2020. Particularmente, a EJA de nível médio apresentou uma redução de 4,2% em relação a 2019. Na EJA de nível médio, a rede estadual é responsável por 92,7% das matrículas, seguida da rede municipal, com 4,4%. Em relação à cor/raça, percebe-se que estudantes identificados/as como pretos(as)/pardos(as) representam 69,5% da EJA de nível médio, considerando a matrícula das/os alunas/os com informação de cor/raça declarada.

A sociologia da juventude, e de forma mais ampla, os estudos com jovens na contemporaneidade são praticamente hegemônicos na premissa de tratar a juventude em sua pluralidade de sujeitos e experiências. A análise documental mostra que é incontestável a robusta presença da ideia de “juventudes no plural” (DAYRELL, 2003) no Currículo Referência para o Ensino Médio em Minas Gerais. Alcançamos avanços significativos na elaboração institucional que problematiza os/as jovens sujeitos e suas experiências semelhantes, diversas e desiguais. Porém, parafraseando Pierre Bourdieu, presumimos que as muitas menções à juventude podem ser “apenas uma palavra” (BOURDIEU, 1983) sem efeito concreto para a democratização do Ensino Médio, diante de um cenário que não enfrenta os problemas de infraestrutura escolar, das desigualdades na condição docente e não reconhece efetivamente os/as jovens como sujeitos de direitos.

**Palavras-chave:** Juventude. Escola. Ensino Médio.

### **Referências:**

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112 – 121. Questões de sociologia. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2003, n. 24, p. 40-52. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>>. Acesso em: 5 ago. 2022.

DUARTE, Adriana; REIS, Juliana; CORREA, Licínia; SALES, Shirlei. A contrarreforma do Ensino Médio e as perdas de direitos sociais no Brasil. **Roteiro**, v. 45, p. 1–26, 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/22528>. Acesso em:

5 ago. 2022.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico: do Estado de Minas Gerais Censo da Educação Básica 2020** [recurso eletrônico]. - Brasília, 2021.

MINAS GERAIS. **Currículo Referência de Minas Gerais**. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, 2021.

SPOSITO, Marília. (coord.) **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007.